

## Relatório da Administração

A administração do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Individuais relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015, de forma comparativa a 30 de junho de 2014, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, auditadas pelos Auditores Independentes, sem modificação. O Banco ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A, recebeu autorização para funcionamento em 19 de Dezembro de 2012, pelo Banco Central do Brasil. Em 2015 entrou em seu terceiro ano de ciclo operacional, em comparação com seu plano estratégico, sem atingir seus objetivos de adaptação e posicionamento no mercado brasileiro, pois no primeiro semestre de 2015, atingiu um resultado positivo no valor total líquido de impostos de R\$ 4.347 mil, absorvendo, totalmente seu resultado acumulado negativo de (R\$ 1.844 mil), isto em função de seus investimentos e despesas no processo de instalação de sua sede em São Paulo e a implementação de sistemas operacionais e de suporte, assim como o processo de contratação de pessoal qualificado. O resultado do semestre será destinado para Reserva Legal, conforme regulamentação no valor de R\$ 217 mil, cobertura de prejuízos acumulados no valor de R\$ 1.844 mil e Reservas Estatutárias no valor de R\$ 2.286 mil. Autorizado a operar com as carteiras comercial e de investimento e Estatauzatárias para realizar o mercado de câmbio,

o banco teve seu início operacional a partir de setembro de 2013 contemplando principalmente clientes "corporate" que atuam no mercado internacional e empresas internacionais que tenham subsidiárias no Brasil com necessidades específicas para atuação no mercado de "Trade Finance". O resultado deste semestre basicamente está constituído de Resultado com Títulos e Valores Mobiliários, Operações de Crédito e intermediação financeira, contemplando inclusive assessoria aos nossos clientes em transações internacionais. O volume de Provisão para Devedores Duvidosos no valor total de R\$ 1.031 mil, com base na Res. 2.682/BACEN, sendo sua movimentação no resultado do semestre um valor total de R\$ 494 mil, e R\$ 779 mil de reversão, líquido de R\$ 285 mil no resultado. As despesas administrativas mantêm-se em nível razoável e adequado a estrutura do Banco no Brasil e as despesas tributárias são compatíveis com o resultado do banco. O Banco adota para o processo de apuração de impostos pelo Lucro Real anual, com processo de antecipação (suspensão e redução ou receita bruta) com base na regulamentação vigente. A administração acompanha o resultado e a performance do Banco em comparação ao plano estratégico de negócios traçado para as operações no Brasil, o qual vem demonstrando alinhamento e com performance positiva em relação ao estimado, o qual fundamenta sua estratégia traçada para início das operações e

primeiros anos do ICBC no Brasil. O Banco mantém estrutura para administração de risco compatível com o nível de atividades do Banco, sendo seus valores monitorados diariamente como risco de Mercado, Operacional, Liquidez e de Crédito, através do Comitê de Gerenciamento de Risco, sendo, quando necessário, adotadas medidas e decisões, que contribuem com o adequado enquadramento dos riscos aos níveis compatíveis com a estrutura e negócios do banco. O Banco vem adequando seu processo de apuração de instrumentos financeiros com base nas Resoluções 4.277 e 4.389, com objetivo de proceder ajustes prudenciais quando aplicáveis, com implementação de políticas e procedimentos e adequação do processo de governança corporativa, conforme requerido na regulamentação vigente. Não houve ajuste prudencial em 30 de junho de 2015. Mantendo-se o cenário econômico e o crescimento dos negócios internacionais em 2015 e nos próximos anos, o ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A, visa crescimento nas operações de "Trade Finance" e por consequência no crescimento da carteira de clientes ativos.

São Paulo, 13 de Agosto de 2015

## Balanco patrimonial em 30 de junho de 2015 e 2014

Ativo	Nota	2015	2014
<b>Circulante</b>		<b>601.503</b>	<b>677.166</b>
Disponibilidades	(4)	3.213	623
Disponibilidades em moeda		188	88
Disponibilidades em moeda estrangeira		3.025	535
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	(5)	<b>77.780</b>	<b>244.197</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez		36.599	244.197
Certificados de depósitos interfinanceiros		41.181	-
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	(6)	<b>264.351</b>	<b>210.246</b>
Carteira própria		264.351	210.246
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>1.557</b>	<b>42</b>
Reservas compulsórias junto ao Banco Central do Brasil	(8)	1.557	42
<b>Operações de crédito</b>		<b>74.930</b>	<b>25.189</b>
Financiamento à exportação	(9)	15.515	14.343
Financiamento em moeda estrangeira	(9)	59.714	10.973
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10)	(299)	(127)
<b>Outros créditos</b>		<b>179.664</b>	<b>196.861</b>
Adiantamento a fornecedores	(12) a	21	10
IRPJ/CSLL a compensar	(12) b	1.505	424
Carteira de câmbio	(9), (11)	178.715	197.025
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa - outros créditos	(10)	(577)	(598)
<b>Outros valores e bens</b>	(13)	<b>10</b>	<b>8</b>
Despesas antecipadas		10	8
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>15.404</b>	<b>22.019</b>
<b>Operações de crédito</b>		<b>15.404</b>	<b>22.019</b>
Financiamento à exportação	(9)	15.559	22.129
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10)	(155)	(110)
<b>Permanente</b>	(14)	<b>2.089</b>	<b>2.508</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>2.074</b>	<b>2.503</b>
Instalações, móveis e equipamentos de uso		914	899
Outras imobilizações de uso		2.155	2.207
(-) Depreciações acumuladas		(1.155)	(603)
<b>Ativo Intangível</b>		<b>15</b>	<b>5</b>
Ativo Intangível		17	5
(-) Amortização acumulada		(2)	-
<b>Total do ativo</b>		<b>618.998</b>	<b>701.693</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	2015	2014
<b>Circulante</b>		<b>367.575</b>	<b>478.578</b>
Depósitos à vista	(15)	33.109	2.522
De pessoa jurídica		33.109	2.522
<b>Depósitos a prazo</b>	(15)	<b>104.234</b>	<b>251.264</b>
Certificados de depósito bancário		104.234	251.264
<b>Relações interfinanceiras</b>	(16)	<b>88</b>	<b>9</b>
Valores remetidos a compensar		88	9
<b>Recursos em trânsito</b>	(17)	<b>46</b>	<b>11</b>
Recursos em trânsito de terceiros		46	11
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	(18)	<b>224.213</b>	<b>220.998</b>
Obrigações moeda estrang. importação até 360 dias		43.566	14.323
Outras obrigações em moeda estrangeira		180.647	206.665
<b>Outras obrigações</b>		<b>5.885</b>	<b>3.784</b>
Fiscais e previdenciárias	(19) a	3.663	721
Provisão para pagamentos a efetuar	(19) b	1.287	574
Provisões sociais e estatutárias	(19) c	-	259
Cretores diversos país	(19) d	147	5
Cobrança e arrecadação de tributos	(19) e	788	2.225
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>46.671</b>	<b>23.460</b>
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	(18)	<b>46.671</b>	<b>23.460</b>
Outras obrigações em moeda estrangeira		46.671	23.460
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>204.752</b>	<b>199.655</b>
Capital			
De domiciliados no exterior	(20) a	202.100	202.100
Reserva legal	(20) c	272	-
Reservas estatutárias	(20) d	2.286	94
Ajuste de avaliação patrimonial	(20) e	94	36
Prejuízo/lucros acumulados		-	(2.481)
<b>Total do passivo</b>		<b>618.998</b>	<b>701.693</b>

(Em milhares de reais)

## Demonstrações dos resultados Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

	Nota	2015	2014
<b>Receita da intermediação da financeira</b>		<b>240.049</b>	<b>33.934</b>
Rendas de aplicações interfinanceiras		10.764	4.829
Resultado de títulos e valores mobiliários		14.303	9.532
Rendas de operações de crédito		63.418	1.509
Resultado de operações de câmbio		151.564	18.064
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(121.946)</b>	<b>(23.409)</b>
Despesas de captação		(12.035)	(4.154)
Operações de empréstimos e repasse exterior		(210.196)	(18.420)
Despesas de provisão para devedores duvidosos	(10)	285	(835)
<b>Resultado da intermediação financeira</b>		<b>118.103</b>	<b>10.525</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>(11.825)</b>	<b>(9.340)</b>
Outras despesas administrativas	(21) a	(4.299)	(3.896)
Despesas de pessoal	(21) b	(6.577)	(4.726)
Despesas tributárias	(23) a	(987)	(606)
Outras receitas operacionais		218	31
Outras despesas operacionais		(283)	(254)
Receitas de prestação de serviços	(22)	103	111
<b>Resultado operacional</b>		<b>6.278</b>	<b>1.185</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(32)</b>	<b>(107)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>6.246</b>	<b>1.078</b>
Provisão para imposto de renda	(23) b, c	(1.150)	(433)
Provisão para contribuição social	(23) b, c	(722)	(229)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(1.872)</b>	<b>(662)</b>
<b>Lucro do semestre antes de participações</b>		<b>4.374</b>	<b>416</b>
<b>Participação nos lucros e resultados</b>		<b>(27)</b>	<b>-</b>
<b>Lucro do semestre</b>		<b>4.347</b>	<b>416</b>
<b>Número de ações integralizadas</b>		<b>202.100.000</b>	<b>202.100.000</b>
<b>Lucro por ação</b>		<b>0,022</b>	<b>0,002</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

	Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucro/(Prejuízo) acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>202.100</b>	-	-	(2.897)	88	199.291
Lucro do semestre	-	-	-	416	-	416
Ajuste a mercado de títulos públicos	-	-	-	-	(52)	(52)
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	<b>202.100</b>	-	-	(2.481)	36	199.655
<b>Mutações do semestre</b>	<b>202.100</b>	-	-	416	(52)	364
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>202.100</b>	<b>55</b>	-	(1.844)	131	200.442
Lucro do semestre	-	-	-	4.347	-	4.347
Destinação da reserva legal	-	217	-	(217)	-	-
Destinação da reserva estatutária	-	-	2.286	(2.286)	-	-
Ajuste a mercado de títulos públicos	-	-	-	-	(37)	(37)
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<b>202.100</b>	<b>272</b>	-	2.286	94	204.752
<b>Mutações do semestre</b>	<b>202.100</b>	<b>217</b>	-	2.286	(37)	4.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional

O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A ("Banco") é subsidiária integral do ICBC - Industrial and Commercial Bank of China Ltd. cuja constituição obteve manifestação favorável da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (BACEN) em 19 de dezembro de 2012. O Banco obteve autorização para funcionamento como banco múltiplo e tem como objetivo a prática de operações com as carteiras comercial e de investimento e autorização para realizar operações no mercado de câmbio, de acordo com as disposições legais e normas do BACEN, tendo iniciado suas operações a partir de setembro de 2013.

### 2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Os CPCs aprovados pelo CMN - Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil a serem seguidos pelas Instituições Financeiras são: • CPC 01 - R1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Res. CMN nº 3.566 - 29/05/2008; • CPC 03 - R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Res. CMN nº 3.604 - 29/08/2008; • CPC 05 - R1 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Res. CMN nº 3.750 - 30/06/2009; • CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Res. CMN nº 3.989 - 30/06/2011; • CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Res. CMN nº 4.007 - 25/08/2011; • CPC 24 - Evento Subsequente - Res. CMN nº 3.973 - 26/05/2011; • CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Res. CMN nº 3.823 - 16/12/2009; • CPC 33 - R1 - Benefícios a Empregados - Res. CMN nº 4.424 - 29/06/2015 - com adoção a partir de 01/01/2016. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 13 de agosto de 2015.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

**Auração de resultados:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgado pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, quando aplicável e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado. Estão incluídas as Aplicações interfinanceiras de liquidez em função do prazo e do objetivo das operações que são de curtíssimo prazo. **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, a saber: • **Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; • **Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e • **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** a. As operações de crédito são classificadas por metodologia interna, conforme política de crédito e adaptadas em nove níveis de risco, conforme definido na Resolução CMN 2.682/99 e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, é efetuada com base na classificação dos clientes nos níveis de risco definidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, conforme definido na referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, do histórico dos clientes, dos atrasos e das garantias recebidas, quando aplicável. b. Conforme definido no COSIF, as operações de crédito são apresentadas líquidas de rendas a apropriar, que são apropriadas de forma "pro-rata dia" ao resultado. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. c. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é baseada em análise das operações e da capacidade dos clientes e realizada pela administração, para suportar quanto ao valor de realização de tais créditos, levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos e globais de cada operação e de cada cliente, as garantias existentes para cada operação, bem como as normas e instruções do BACEN, constantes na Resolução CMN 2.682/99. d. Para operações de Fianças e Garantias, o Banco adota provisão para possíveis perdas, utilizando como base as normas e instruções do BACEN, constantes na Resolução CMN 2.682/99, e sua classificação é registrada no passivo na rubrica "Outras Provisões". Não houve provisão para os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014. **Imobilizado de uso e ativos intangíveis:** Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 10% para equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistema de segurança; 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transporte. A amortização dos ativos intangíveis é calculada também pelo método linear à taxa de 20%. **Passivos circulante e não circulante:** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata dia"). **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil ao ano para imposto de renda e de 15% para a contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e de diferenças temporárias serão constituídos, se aplicável, em conformidade com a Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, levando-se em consideração a expectativa de geração de lucro tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. **Redução do valor recuperável de ativos (impairment):** O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao recuperável de ativos (impairment). De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. Não identificamos ativos passíveis de reconhecimento de ajuste de "impairment" para os semestres findos em 30 de junho 2015 e 30 de junho de 2014. **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e contingências passivas são efetuados de acordo com os seguintes critérios: **(i) Ativos contingentes** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo; **(ii) Passivos contingentes** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; **(iii) Obrigações legais** - Estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente de avaliação das chances de êxito no curso de processo judicial; e **(iv) Benefícios aos empregados** - O Banco oferece e tem como política prover alguns benefícios aos colaboradores, sendo todos eletivos a Seguro de Vida, Assistência Médica e Odontológica, Vale-alimentação e Vale-refeição. Para os colaboradores expatriados durante sua permanência no Brasil, também é oferecido auxílio à educação aos filhos em idade escolar, sendo cessado no momento do seu retorno ao país de origem.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

O Banco, concentra seus recursos em sua conta de reservas junto ao Banco Central do Brasil no valor de R\$ 188, (R\$ 88 em junho de 2014) e disponibilidades em moeda estrangeira junto a bancos no exterior no valor total de R\$ 3.025 (R\$ 535 em junho de 2014). Como conceito de equivalente a caixa, incluem-se as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com liquidação em curtíssimo prazo, no valor de R\$ 36.599 (R\$ 244.197 em junho de 2014).

**Caixa e equivalente de caixa**

	jun/15	jun/14
Disponibilidades em reais	188	88
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.025	535
Aplicações interfinanceiras de liquidez	36.599	244.197
<b>Total</b>	<b>39.812</b>	<b>244.820</b>

### 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão concentradas em Operações Compromissadas - posição bancada com vencimento em curto prazo e Certificado de Depósito Interfinanceiro, conforme demonstrativos abaixo:

Operações compromissadas - Compra com Revenda		Lastro		Valor aplicado	Valor resgate	Em 30/06/2015
Data	retorno	Título	Qtde.	Emissão	Vencimento	
30/06/2015	01/07/2015	LTN	22.986	04/10/2013	01/07/2017	17.599
30/06/2015	01/07/2015	LTN	29.694	09/01/2015	01/01/2019	19.000
				<b>Total</b>		<b>36.599</b>

Compra com Revenda		Lastro		Valor aplicado	Valor resgate	Em 30/06/2014
Data	retorno	Título	Qtde.	Emissão	Vencimento	
30/06/2014	01/07/2014	LFT	7.369	06/03/2009	07/03/2015	45.597
30/06/2014	01/07/2014	NTN-F	216.875	09/03/2012	01/01/2023	198.600
				<b>Total</b>		<b>244.197</b>

Operações em Certificado de Depósito Interfinanceiro

CDI	Pós-fixado	Banco	Emissor	Emissão	Vencimento	Qtde.	Em 30/06/2015
		Banco Votorantim S/A		16/01/2015	15/07/2015	39.000	41.181

### 6. Títulos e valores mobiliários

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 15. Captações

Dentre os produtos que o Banco oferece aos seus clientes, destacamos contas-correntes de livre movimentação e em operações vinculadas, assim como a administração de cash management e também depósitos a prazo através de emissão de certificado de depósito a prazo, com vencimento variado, dependendo das necessidades de nossos clientes. A posição ao final de junho de 2015 e 2014 se apresentava:

Faixa de vencimento	Jun/15			
	Sem vencimento	Até 90 dias	Acima de 90 dias	Total
Depósitos à Vista	33.109	-	-	33.109
Depósitos a Prazo	-	2.458	101.776	104.234
<b>Total</b>	<b>33.109</b>	<b>2.458</b>	<b>101.776</b>	<b>137.343</b>

Faixa de vencimento	Jun/14			
	Sem vencimento	Até 90 dias	Acima de 90 dias	Total
Depósitos à Vista	2.522	-	-	2.522
Depósitos a Prazo	-	248.353	2.911	251.264
<b>Total</b>	<b>2.522</b>	<b>248.353</b>	<b>2.911</b>	<b>253.786</b>

### 16. Relações interfinanceiras

Referem-se a valores de cobrança remetidos no valor total de R\$ 88 (R\$ 9 em junho 2014), com liquidação de curtíssimo prazo, aguardando compensação pela câmara de liquidação.

### 17. Recursos em trânsito

Referem-se a transações de Ordens de Pagamentos por conta e ordem de clientes com liquidação em curto prazo, sendo o valor total desses recursos R\$ 46 (R\$ 11 em junho 2014).

### 18. Obrigações por empréstimos no exterior

Referem-se à operação de empréstimo em moeda estrangeira com ICBC NY e com ICBC HO, com objetivo de repasse ao financiamento à exportação e importação, com vencimento mínimo de 1 ano, conforme características abaixo:

#### Obrigações por Empréstimos e Respasses do Exterior

Produto	Jun/15			
	Principal	até acima de	Saldo devedor	até acima de
	360 dias	360 dias	360 dias	360 dias
Empréstimo do exterior ACC	179.910	-	180.647	-
Empréstimo do exterior para Repasse à Importação Finimp	43.427	-	43.566	-
Empréstimo do exterior para Repasse à Exportação CCE	-	46.529	-	46.671
<b>Total</b>	<b>223.337</b>	<b>46.529</b>	<b>224.213</b>	<b>46.671</b>

Produto	Jun/14			
	Principal	até acima de	Saldo devedor	até acima de
	360 dias	360 dias	360 dias	360 dias
Empréstimo do exterior ACC	195.969	-	197.002	-
Empréstimo do exterior para Repasse à Importação Finimp	14.248	-	14.323	-
Empréstimo do exterior para Repasse à Exportação CCE	9.636	23.393	9.663	23.460
<b>Total</b>	<b>219.853</b>	<b>23.393</b>	<b>220.988</b>	<b>23.460</b>

### 19. Outras obrigações

#### a. Fiscais e previdenciárias

Tributo	Jun/15	Jun/14
Impostos e contribuições s/serviços de terceiros (i)	9	3
Impostos e contribuições s/salários (i)	407	253
PIS (ii)	21	14
COFINS (ii)	128	92
IRRF s/resgate de aplicação em renda fixa (iii)	1.168	3
Provisão para impostos e contribuições diferidos (iv)	63	24
Imposto de renda (v)	1.150	236
Contribuição social (v)	715	96
Imposto sobre serviços (vi)	2	-
<b>Total</b>	<b>3.663</b>	<b>721</b>

(i) Refere-se à Provisão para impostos e Contribuições retidos na fonte a recolher no valor total de R\$ 416 (R\$ 256 em junho de 2014); (ii) PIS e COFINS calculados sobre a receita operacional no valor total de R\$ 149 (R\$ 106 em junho de 2014); (iii) IRRF s/resgate de aplicação em Renda Fixa dos clientes e remessa de juros s/excedente de captação no exterior no valor total R\$ 1.168 (R\$ 3 em junho de 2014); (iv) Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre marcação a mercado dos Títulos públicos no valor de R\$ 63 (R\$ 24 em junho de 2014); (v) Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes no valor total de R\$ 1.865, (R\$ 332 em junho de 2014); e (vi) Provisão de Imposto sobre Serviços a recolher referente ao mês de junho de 2015 no valor de R\$ 2.

**b. Provisão para pagamentos a efetuar:** O Banco adota a antecipação semestral do 13º salário que é pago a todos os funcionários em maio e procede com o recolhimento do INSS do referido adiantamento.

#### Posição em aberto de pagamento a efetuar:

Benefícios	Jun/15	Jun/14
Férias	891	389
INSS s/Férias	251	104
FGTS s/Férias	77	33
13º salário	1	-
INSS s/13º Salário	67	48
FGTS s/13º Salário	-	-
<b>Total</b>	<b>1.287</b>	<b>574</b>

**c. Provisões sociais e estatutárias:** Referem-se a saldo de Provisão para pagamento de Bônus do exercício de 2014 no valor de R\$ 259. Não havia posição em aberto em junho de 2015. **d. Credores diversos país - Fornecedores a pagar:** Referem-se à provisão para pagamento a empresas prestadoras de serviços contratadas no valor de R\$ 147 em junho de 2015 e de fornecedores no valor total de R\$ 5 em junho de 2014. **e. Cobrança e arrecadação de tributos:** Valores a recolher de IOF sobre operações de Câmbio no valor total de R\$ 788 (R\$ 2.218 em junho de 2014) e IOF sobre operações financeiras no valor de R\$ 7 em junho de 2014.

### 20. Patrimônio líquido

**a. Capital social:** O capital social do Banco é representado por 202.100.000 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00, e seu valor patrimonial é de R\$ 202.100 em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014. **b. Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. **c. Reserva Legal:** Com base na regulamentação vigente, foi constituído o valor de reserva legal na alíquota de 5% com base no resultado apurado. Em junho o valor constituído de Reserva Legal foi de R\$ 217, valor total de R\$ 272. **d. Reservas estatutárias:** A administração buscando otimizar os investimentos no Brasil, autorizou a abertura de Reservas Estatutárias com o objetivo de cobrir possíveis prejuízos futuros, futuro aumento de Capital e futura distribuição de dividendos, observando a regulamentação vigente. Em junho de 2015 foi transferido para esta reserva o valor de R\$ 2.286, após constituição de Reserva Legal e absorção dos prejuízos acumulados. **e. Ajuste de avaliação patrimonial:** Representa os ganhos e perdas não realizados, decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como "disponíveis para venda", conforme indicado na nota 5. Tais ganhos e perdas são transferidos para as correspondentes contas do resultado na data em que ocorrer a sua efetiva realização financeira, em 30 de junho de 2015 o valor registrado é de R\$ 94 (R\$ 36 em junho de 2014), líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme determina regulamentação.

### 21. Despesas diversas

#### a. Administrativas

Descrição	Jun/15	Jun/14
Despesa de processamento de dados	840	621
Despesa de aluguel	1.794	1.678
Despesa de condomínio	398	418
Despesa de serviços técnicos especializados	43	107
Despesa de viagem	464	340
Despesa de comunicação	141	97
Despesa de material	91	48
Despesa de transporte	52	63
Despesa de serviços do sistema financeiro	111	134
Despesa de manutenção e conservação	46	74
Despesa de seguros	12	13
Despesas de promoções e relações públicas	62	52
Despesas de publicações	67	40
Despesa de água, energia e gás	2	2
Outras despesas administrativas	176	209
<b>Total</b>	<b>4.299</b>	<b>3.896</b>

#### b. Despesa de pessoal

Descrição	Jun/15	Jun/14
Benefícios	740	596
Encargos sociais	1.594	1.009
Proventos	3.685	2.692
Treinamento	22	22
Honorários da diretoria	528	387
Remuneração estagiários	8	20
<b>Total</b>	<b>6.577</b>	<b>4.726</b>

### 22. Receita de prestação de serviços

Receita de prestação de serviços do Banco está constituída basicamente de serviços prestados no exterior para seus clientes, contas administradas, rendas de tarifas e outras, conforme demonstrativo abaixo:

Receita de serviços	Semestre findo em jun/15	Semestre findo em jun/14
Rendas comissão de fiança	36	100
Rendas tarifas bancárias	32	7
Rendas contas administrada	28	-
Rendas assessoria financeira	5	-
Rendas emissão ordem de pagamento	1	1
Outras	1	3
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>111</b>

### 23. Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

O Banco apresentou base tributável para cálculo do imposto de renda e contribuição social para o período findo em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014. O Banco adota o critério de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social com base no Lucro Real sob o regime de antecipação pelos métodos de suspensão e redução e receita bruta e acréscimos, procedendo com o recolhimento mensal em contrapartida à compensação dos valores já antecipados mensalmente. As antecipações, até 30 de junho de 2015 montam o saldo de R\$ 1.505 (R\$ 424 em junho de 2014), conforme demonstrado na nota 12.

#### a. Despesas tributárias

Descrição	Jun/15	Jun/14
<b>Federais</b>		
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	-	1
Imposto de renda	73	15
CIDE	-	7
Pis/Cofins s/Importação	60	9
PIS	116	75
COFINS	717	460
Outros	-	3
<b>Estaduais</b>		
IPVA	13	23
Tributos estaduais - outros	3	4
<b>Municipais</b>		
Imposto sobre Serviços	5	5
Impostos municipais - outros	-	4
<b>Total</b>	<b>987</b>	<b>606</b>

#### b. Imposto de renda e contribuição social

	Jun/15	Jun/14
	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação do IRPJ e da CSLL	6.445	6.445
<b>Adições temporárias</b>	<b>415</b>	<b>415</b>
Provisão para operações de crédito	268	268
Provisão para pagamento de bônus	-	259
Provisão para pagamento de consultoria	147	147
<b>Adições permanentes</b>	<b>245</b>	<b>245</b>
Despesas não dedutíveis	245	245
<b>Exclusões permanentes</b>	<b>2.341</b>	<b>1.823</b>
Reversão de provisão para pagamento de bonus	700	700
Reversão de provisão para operações de crédito	995	995
Reversão de provisão para pagamento de consultoria	223	223
Amortização fiscal	423	423
Valor-base para tributação	<b>4.764</b>	<b>4.764</b>
Aliquotas 15% e 10%	<b>1.150</b>	<b>1.150</b>
<b>Total IRPJ e CSLL devidos no semestre corrente</b>	<b>1.150</b>	<b>715</b>

A diferença entre a CSLL devida no semestre corrente e a sua respectiva despesa no resultado, no valor de R\$ 7 mil reais, refere-se a ajuste de exercício anterior. **c. Despesas de imposto de renda e contribuição social:** As despesas de IRPJ e CSLL corrente, respectivamente, nos valores de R\$ 1.150 e R\$ 722 referem-se à contrapartida das provisões de IRPJ e CSLL reconhecidas neste primeiro semestre de 2015. O saldo a maior reconhecido na despesa de CSLL corrente, no valor de R\$ 7, refere-se a ajuste efetuado ano-calendário de 2014. As despesas de IRPJ e CSLL, respectivamente, nos valores de R\$ 236 e R\$ 96, referem-se à contrapartida das provisões reconhecidas no primeiro semestre de 2014. O saldo a maior contabilizado nas despesas de IRPJ e CSLL, respectivamente, no valor de R\$ 197 e R\$ 133, valor total de R\$ 330 referem-se a ajustes nas referidas bases de cálculo no ano-calendário de 2013.

#### d. Créditos tributários não reconhecidos, de acordo com a natureza e origem

Descrição	Jun/15	Jun/14
Provisão para participações nos lucros - IRPJ/CSLL	-	104
Provisão para perda em operações de crédito	107	334
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>438</b>

Em 30 de junho de 2015, os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$ 107, referem-se a diferenças temporárias representadas pela provisão para perdas com operações de crédito. Contudo, a administração não constituiu ativo fiscal diferido, pois não há histórico de lucros tributáveis, que seja pautado em estudo técnico que demonstre a probabilidade da ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do referido crédito no prazo máximo de dez anos, nos termos do art. 1º, II, da Resolução BACEN 3.355/2002.

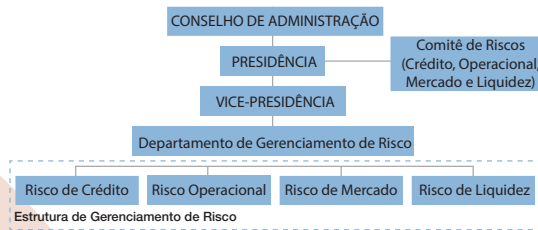
### 24. Gerenciamento de riscos

**Riscos e controles:** Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros decorrentes dos negócios do Banco são: o risco de crédito, o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco operacional abaixo definidos. **Estrutura organizacional de gestão de riscos:** O ICBC do Brasil conta com um departamento de gerenciamento de riscos independente da sua área negócios e de auditoria - o Departamento de Gerenciamento de Riscos - DGR - que tem por responsabilidade identificar, mensurar e monitorar continuamente os riscos de crédito, operacional, mercado e de liquidez, enfatizando o compromisso da instituição em assegurar um gerenciamento adequado e consonante com as exigências do regulador e aos

conceitos emanados pelo Novo Acordo de Capitais da Basileia. A estrutura organizacional para o gerenciamento de riscos no ICBC do Brasil conta com a participação direta, mediante o funcionamento de comitês de riscos subordinados à alta administração que estabelecem as políticas e diretrizes para o acompanhamento dos riscos. O Comitê de Gerenciamento de Riscos é composto pelo Departamento de Gerenciamento de Riscos, Finanças, Departamento de Operações, Tesouraria e Compliance & Controles Internos, podendo ser convocadas outras áreas, caso haja demandas ou itens a serem discutidos.

#### Estrutura de gerenciamento de risco

### ICBC DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S/A (Estrutura Organizacional do Gerenciamento de Risco)



O comitê de risco é composto pelas áreas de Risco, Finanças, Operacional, Tesouraria e Compliance, podendo ser convocadas outras áreas, caso hajam demandas ou itens a serem discutidos.

**Risco de crédito:** O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A define o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O risco de crédito é monitorado, controlado e supervisionado por uma área independente da área de negócios, o Departamento de Gerenciamento de Risco (DGR), o qual, por meio de sistemas, controla e monitora a aderência à política e aos riscos de crédito, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de crédito. A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito possui diretoria responsável e foi estabelecida em consonância com os normativos da Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 30 de abril de 2009.

**Risco de mercado:** O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A define o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da variação de fatores de risco, como taxa de juros, taxas de câmbio, índices e preços. A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado possui diretoria responsável e foi estabelecida em consonância com os normativos da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN). **Risco de liquidez:** O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A define o risco de liquidez como o risco que advém da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Define-se, também, como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui diretoria responsável e foi estabelecida em consonância com os normativos da Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN). **Risco operacional:** O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional possui diretoria responsável e foi estabelecida em consonância com a Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Quanto ao cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) para risco operacional (RWAOPAD) o ICBC do Brasil adota a metodologia "Abordagem do Indicador Básico", conforme estabelecido na Circular nº 3.383 de 29 de abril de 2008 do Banco Central do Brasil. **Basileia II:** De acordo com a regulamentação local, as instituições financeiras devem manter um limite máximo de alavancagem de 9,09 vezes o patrimônio de referência ou, em outras palavras, apresentar no mínimo um Índice de Basileia de 11%. O índice é dado pela relação entre a soma dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e o Patrimônio de Referência (PR). **Cálculo de Basileia:** Em consonância com a Resolução 4.193 de 1º de março de 2013, que dispõe sobre a atualização dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nivel I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal, o índice de solvabilidade mínimo requerido é de 11%, enquanto que o Índice de Basileia do Banco ficou em 49,70% em 30 de junho de 2015 e 45,50% em 30 de junho de 2014.

#### Em 30 de junho de 2015

Valores em 30/06/2015	Patrimônio de referência	Patrimônio de referência exigido	Valor da margem
Em 30 de junho 2014	204.752	412.008	159.431

Valores em 30/06/2014	Patrimônio de referência	Patrimônio de referência exigido	Valor da margem
	199.650	48.260	151.390

### 25. Partes relacionadas

O Banco possui um empréstimo em moeda estrangeira com ICBC New York, filial direta do ICBC China sem qualquer outro relacionamento de participação ou correspondente com ICBC do Brasil e empréstimos em moeda estrangeira diretamente com a Matriz, controlador com participação de 100% no ICBC do Brasil, conforme demonstrativo abaixo com características distintas e com taxas mínimas de 0,8% a.a. e máxima de 3,2% a.a.:

#### a. Empréstimos

Partes relacionadas	Vencimento	Principal	Valor em jun/15
ICBC New York Branch	até 360 dias	37.223	37.300
Head Office - Beijing - China	até 360 dias	186.114	186.912
Head Office - Beijing - China	acima de 360 dias	46.529	46.672
<b>Total</b>		<b>269.866</b>	<b>270.884</b>

#### Partes relacionadas

Partes relacionadas	Vencimento	Principal	Valor em jun/14
ICBC New York Branch	até 360 dias	166.179	167.170
Head Office - Beijing - China	até 360 dias	26.423	26.514
Head Office - Beijing - China	acima de 360 dias	33.029	33.123
<b>Total</b>		<b>225.631</b>	<b>226.807</b>

Demais partes relacionadas, decorrem basicamente com o pessoal-chave da administração, conforme demonstrativo abaixo:

#### b. Remuneração da administração

Benefícios de curto prazo a administradores	Semestre findo jun/15	Semestre findo jun/14
Honorários	528	387
Outros benefícios	42	457
Encargos sociais	119	165
<b>Total</b>	<b>689</b>	<b>1.009</b>

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores.

### 26. Outras informações

**a. Provisão para contingências:** Desde o início de suas operações no Brasil, o Banco não tem conhecimento de ser parte (polo passivo) em ações judiciais, tributárias, e/ou reclamações trabalhistas, bem como em processos administrativos. Portanto, não constituiu provisão para contingências em 30 de junho de 2015 e 2014. **b. Medida Provisória nº 675:** Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) foi publicada em 21 de maio de 2015 e altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. A Administração do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A. entende ser adequado aguardar a eventual conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais precisa do impacto nas Demonstrações Financeiras do Banco já que existe a possibilidade de que emendas propostas pelo Congresso Nacional alterem o texto atual da MP.

### Presidente